

# **DEMOCRACIA: UM CONCEITO EM NEGOCIAÇÃO. A IMPRENSA ESPANHOLA E O PROCESSO REVOLUCIONÁRIO EM PORTUGAL (1974-1975)**

*Rita Luís*

Universidade Nova de Lisboa (Instituto de História  
Contemporânea (IHC/NOVA FCSH))

## **RESUMO**

Este artigo aborda a cobertura feita pela imprensa espanhola do processo revolucionário em Portugal (1974-1975), integrando-a no contexto de outras coberturas internacionais a partir de pontos de convergência, como a preponderância de enviados especiais e o uso recorrente de determinadas agências noticiosas. Entre as especificidades desta cobertura encontra-se

o processo de negociação do conceito “democracia”, a partir da receção e discussão do processo revolucionário português, que será aqui abordado a partir do enquadramento da questão sindical, que emerge no início de 1975, e da forma como este condicionará as possibilidades de significado deste conceito.

**PALAVRAS-CHAVE:** Imprensa. Espanha. Processo revolucionário. Democracia.

## **INTRODUÇÃO**

O processo revolucionário de 1974-1975 em Portugal espoletou uma atenção mediática impressionante a nível mundial (VIEIRA; MONICO, 2014) e uma grande afluência de jornalistas estrangeiros: 1200 vindos de cerca de 44 países para cobrir as eleições para a Assembleia Constituinte em abril de 1975 (RODRIGUES, 2008). A relação da situação revolucionária com os meios de comunicação, nacionais e internacionais, será, no entanto, pautada por tensões. O sector mediático tem características específicas, o que faz com que alguns autores falem dele como uma instituição social que, em sociedades democráticas, conseguiu autonomizar o seu campo de legitimidade (RODRIGUES, 1984) apesar das relações privilegiadas que mantêm com outros campos. Campos como a política, a economia ou a religião, tradicionalmente constituem aqueles que tentam coaptá-lo.

Precisamente, o domínio do *broadcasting* foi integrado no plano de Golpe de Estado a 25 de Abril de 1974, tendo sido considerados pontos nevrálgicos deste plano a RTP, o *Rádio Clube Português* e a *Emissora Nacional*. Relativamente aos meios de comunicação nacionais pode antever-se uma relação complicada com o poder, claramente influenciada por várias décadas de censura, e os casos críticos durante este período multiplicam-se, tornando-se, com frequência, casos políticos. O sector mediático manter-se-á, além disso, um terreno em disputa por estes mesmos campos durante o período que nos concerne (BORGES SANTOS, 2005; MESQUITA, 1994; MARQUES GOMES, 2014, REZOLA, 2014, FIGUEIRA, 2007).

O papel que os meios de comunicação têm na relação de mediação entre o sujeito e o que lhe é exterior – ou seja, a forma como as notícias constituem o enquadramento através do qual o sujeito tem conhecimento da sua relação com o que lhe é exterior (TUCHMAN, 1978) –, constitui os meios de comunicação num ator político a ter em consideração. A integração do processo revolucionário português no contexto internacional foi, em grande medida, mediática, independentemente das viagens, contactos políticos ou sindicais e outro tipo de relações estabelecidas, tornando as receções na imprensa (e noutros meios) uma questão que tem sido historiograficamente abordada (cf. entre outros, CHAPUT,

2005; CORDERO, 2010; SILVA, 2012; VIEIRA; MONICO, 2014; PHILLIPE, 2017).

Neste artigo, observaremos a cobertura espanhola<sup>1</sup> do processo revolucionário português não só a partir deste entendimento de enquadramento segundo o qual as notícias constroem a realidade, mas também daquele que postula que apesar dos meios de comunicação terem um poder limitado na determinação exata do que o público pensa (no sentido em que este é um agente ativo no processo de receção), têm o

---

1 Para analisar esta cobertura foi constituído um *corpus*, que inclui cinco jornais diários (*Arriba*, *ABC*, *Informaciones*, *La Vanguardia* e *Tele/eXprés*), duas revistas mensais (*Cuadernos para el Diálogo* e *Ajoblanco*) e duas revistas semanais (*Triunfo* e *Por Favor*). A partir do interesse editorial dos jornais diários foi possível dividir a cobertura em momentos de interesse generalizado, quando há uma maioria a publicar editorial dedicado ao assunto, de interesse particular, quando o editorial é publicado por uma minoria das publicações, ou de interesse individual (Cf. Apêndice). A inclusão de publicações semanais, como *Triunfo* e *Por Favor*, e mensais, como *Cuadernos para el Diálogo* e *Ajoblanco*, todas relacionadas com o que seria uma cultura de oposição ao regime franquista (REIG, 2007), não altera significativamente este mapeamento, até porque *Triunfo* e a revista humorística *Por favor* não têm editorial e a presença da questão portuguesa em *Ajoblanco*, de pendor contra cultural (MIR, 2011) cujo primeiro número sai em outubro de 1974, é muito superficial: há apenas um artigo que menciona o processo português (nº 1). Em *Cuadernos para el Diálogo* os editoriais são, durante este processo, frequentemente dedicados a Portugal e seguem, de forma, genérica, o esquema enunciado, embora seja de sublinhar a ausência de editoriais dedicados a Portugal a partir de outubro de 1975, o que será explicável pelo interesse na situação interna aumentar exponencialmente a partir do outono de 1975, com o internamento e a posterior morte de Francisco Franco.

poder de determinar aquilo em que o público pensa através do estabelecimento de uma agenda mediática, ou seja, selecionando (e silenciando) os eventos sobre os quais o público pode, eventualmente, pensar (MCCOMBS, 2004). Esta será integrada no contexto de outras coberturas congêneres no âmbito da Europa Ocidental, como a francesa (REBELO, 1994; MESQUITA, 1994), a belga (NOBRE-CORREIA, 1994) ou a italiana (GOMES, 2015), de forma a abordar as suas especificidades, como será o caso da negociação em curso em Espanha do conceito “democracia”. A discussão em torno do processo revolucionário em Portugal permitirá uma redefinição e, posteriormente, uma integração do conceito “democracia” no vocabulário político de parte da cultura política que se identifica com o regime franquista, a partir da recusa da experiência em Portugal, uma característica que será observada neste artigo a partir da questão sindical que emerge em janeiro de 1975.

## **UMA IMPRENSA COMO AS OUTRAS?**

Determinadas condições estruturais fazem com que a cobertura feita pela imprensa espanhola não seja fundamentalmente diferente daquela que é feita noutros países no contexto da Europa ocidental, havendo pautas que são comuns e que ultrapassam, de forma genérica, as condicionantes

impostas pelo tipo de regime, que no caso espanhol inclui um tipo específico de censura<sup>2</sup>. Neste rol incluem-se características como ser elaborada maioritariamente por enviados especiais, o que se traduz numa cobertura fragmentada, e ser elaborada a partir das mesmas fontes: as grandes agências noticiosas internacionais que não só dominam o fluxo internacional de informação (GALTUNG; RUGE, 1965; UNESCO, 1973) como determinam, em grande medida, a sua agenda mediática ao selecionar e transmitir as notícias do dia (MCNELLY, 1959), integrando-as, desta forma, nesse fluxo. No caso espanhol, à grande preponderância de peças escritas por enviados especiais (uma vez que nem todos os jornais tinham correspondente em Lisboa) e ao uso de um punhado de agências como a Reuters, UPI ou *Agence France Presse*, distribuídas em Espanha pela agência EFE que delas detinha o monopólio (CHULIÁ, 2001), acresce o uso dos serviços noticiosos de alguns grandes jornais como o *Le Monde*, *The Times* ou o *The New York Times*, muito utilizados para a elaboração de notícias em jornais como *Informaciones*

---

2 Não existindo censura prévia há mecanismos de sanção a jornalistas, diretores e empresas editoras, assim como formas de filtragem como sejam o monopólio por parte do Estado da informação audiovisual ou monopólio da distribuição das grandes agências noticiosas por parte da agência estatal EFE.

ou *La Vanguardia*<sup>3</sup>. As notícias desses jornais são também frequentemente publicadas integralmente enquanto tais.

A preponderância de enviados especiais a fazer a cobertura do processo é motivada pela pouca importância informativa que Portugal tinha à escala mundial, que não justificava a presença de um correspondente a tempo inteiro, mas também pela proximidade a que o evento ocorre, no caso de países como Espanha, França, Itália, Bélgica ou Reino Unido. A localização geográfica de um país como Portugal, à luz das correntes que pensam a comunicação a partir de uma relação com a geopolítica (MACBRIDE, 1980), faz com que a sua presença no fluxo informativo mundial, dominado por estas agências (AP, AFP, Reuters e UPI) seja tendencialmente pouco relevante e potencialmente pautada pela negatividade. Galtung e Ruge (1965) identificam como critérios para que um tema consiga obter relevância neste fluxo: 1) a ocorrência numa nação considerada de elite ou 2) em contacto frequente com uma, o que não é o caso, 3) a referência a uma figura proeminente, e por isso merecedora de atenção personalizada, ou 4) serem acontecimentos pautados pela negatividade, tais como guerras, golpes, catástrofes naturais etc.

---

3 Este jornal, que usou o adjetivo “española” entre 1939 e 1978, será aqui referido apenas como *La Vanguardia*.

Do ponto de vista espanhol, o facto de Don Juan de Borbón, herdeiro do trono, viver no Estoril desde 1946 justificou, para alguns jornais, a presença de um correspondente em Lisboa em “missão don juaninana” (MORÁN, 2010, agosto 15). Quando o Golpe de Estado de 25 de Abril ocorre, tinham correspondentes em Lisboa jornais como o governamental *Arriba* (em conjunto com a agência oficial PYRESA), o monárquico *ABC* ou o barcelonês e também monárquico *La Vanguardia*. O início do processo revolucionário instiga algumas mudanças: Inocente Palazón Olivares, há duas décadas em Lisboa, é substituído por Alberto Miguez,<sup>4</sup> recém-chegado de Marrocos e do Chile, que fará crónicas praticamente diárias para *La Vanguardia*, mas também para o madrilenho católico *Ya*; à equipa de *Arriba* e PYRESA junta-se, até maio de 1975, Fernando Jáuregui, que então é substituído por Andrés Kramer. Jáuregui passará, ainda em 1975, a escrever no vespertino *Informaciones*, conotado com uma cultura política de oposição ao regime (REIG, 2007), a “progré” (MUÑOZ SORO, 2011) em específico. Apesar da presença destes, o grosso da cobertura será feita por enviados especiais que se deslocam a Portugal para cobrir momentos específicos do processo. Isto significou

---

4 Alberto Miguez viaja também em direção ao continente Africano por duas vezes. Na primeira viagem, em agosto de 1974, cobre os momentos que antecedem o reconhecimento da independência na Guiné e na segunda, entre junho e julho de 1975, viaja até Moçambique e Angola.



quatro grandes vagas: o chamado golpe das caldas a 16 de março; a semana entre 25 de abril e o 1º de maio; as eleições para a assembleia constituinte, nas quais compareceram, vindos de Espanha, 35 jornalistas credenciados e cerca de 200 “curiosos” (SÁNCHEZ, 1975, abril 25) que se juntaram aos 69 vindos de França, 50 vindos de Inglaterra e 38 vindos dos EUA, e as primeiras eleições constitucionais em 1976. Este segundo processo eleitoral será muito importante por configurar, para muitos dos jornalistas espanhóis, a primeira oportunidade para cobrir uma campanha eleitoral – que se afigurava cada vez mais uma possibilidade em Espanha dada a morte de Franco seis meses antes –, e neste sentido as viagens a Portugal apresentam-se como uma espécie de estágio: acudir a conferências de imprensa onde se podem fazer perguntas, entrevistar políticos, assistir a *meetings* de campanhas eleitorais etc.<sup>5</sup> Apesar destas quatro vagas de interesse generalizado, nalguns momentos o interesse das publicações denota motivações particulares. No momento da manifestação da maioria silenciosa, a 28 de setembro de 1974, estão em Lisboa enviados especiais que escrevem para publicações conotadas com a cultura política de oposição ao regime franquista, como *Triunfo*, onde escrevem Luís Carandell, e Eduardo Barrenechea, ficando este último como

---

5 Entrevista com Josep M<sup>a</sup> Sanmartí, enviado especial de *Avui* nas primeiras eleições constitucionais em abril de 1976, realizada a 26.1.2017.

enviado especial durante um longo período, escrevendo para *Informaciones*, mas publicando também na revista *Cuadernos para el Diálogo*. Quando a manobra militar contrarrevolucionária falha a 11 de março e chegam cerca de 400 jornalistas estrangeiros<sup>6</sup> a Portugal, volta a estar Carandell a escrever para a revista *Triunfo*, mas para os enviados especiais dos jornais diários espanhóis o interesse parece centrar-se na fuga do General Spínola através de Espanha: a Badajoz chegam Javier Figueroa e o fotógrafo José Pastor, em missão para *Arriba*, Ángel de la Calle, que publica em *Informaciones*, e também o correspondente local de *ABC*. A descolonização, por exemplo, é coberta sobretudo por enviados especiais, a maioria freelance.<sup>7</sup>

Algumas condições estruturais, como é o caso da circulação de informação – sobretudo a fornecida pelas grandes agências noticiosas, que serve de base à criação do produto informativo de grande parte dos meios de comunicação, quando não é, por estes, repetida textualmente (GIEBER, 1956) –, são um fator determinante da agenda mediática. Nelson Traquina considera as agências noticiosas não só

6 “Difusión Informativa de la Dirección General de Coordinación: Publicación “Cambio 16”, Fecha 6-4-75, nº5”, Archivo General de la Administración (AGA), Ministerio de Información y Turismo (MIT), Fondo: Presidencia, Caixa: 51/9117.

7 Bernabé Pertasa (Luanda) publicado por *Arriba*; Luis Reyes publicado por *Informaciones*; Quim Monzó e Albert Abril publicam em *Tele/eXprés*.

*agenda-setters*, como *agenda-producers* e *image-makers*, e que a imagem que estas transmitiram do processo revolucionário em Portugal foi “simplista, repleta de clichés e de estereótipos” (TRAQUINA, 1987, p. 46). A partir da análise lexicológica dos despachos de quatro agências (UPI, AP, Reuters e APF) em quatro momentos em 1975 (entre maio e novembro), Traquina conclui que AFP se distingue das agências anglo-saxónicas pelo menor recurso a estratégias do que ele chama “valor acrescentado”, que passam por processos de amplificação, simplificação, significação, consonância, personalização e mediação que permitem destacar a notícia-produto num mercado que é muito competitivo. Como tal, a complexidade e as ambiguidades do processo revolucionário – por oposição a uma visão simplista que reduz “a luta política a um confronto de estilo ‘western’ em defesa da democracia e para impedir que se instaure uma ditadura comunista e militar” (TRAQUINA, 1988, p. 127) – apenas aparecem na imagem dada pela agência francesa. Traquina (1988) imputa este fenómeno a razões como a AFP: 1) ser menos dependente das exigências do mercado por ser subvencionada pelo governo francês; 2) fornecer um produto destinado a profissionais da comunicação e não um produto pronto a ser publicado; 3) não se reger pela ideia “do leiteiro do Kansas city” como interlocutor imaginado, como é apanágio das agências norte-americanas, e, finalmente, 4) por o mercado francês não ser culturalmente nem politicamente

homogéneo, ou seja, por estar menos dependente de uma perspetiva de guerra fria como visão dominante do mundo, como é o caso do mercado das agências anglo-saxónicas e, em particular, das norte-americanas.

Aliada à preponderância das crónicas de enviados especiais, cujas inerentes ‘idas e vindas’ acabam por resultar em coberturas fragmentadas, que tomam a forma de uma série de crises sucessivas, estas condições de circulação de informação não só aproximam as coberturas de vários países, como são fundamentais para uma certa propensão à sua negatividade, dada a imagem propagada pelas agências noticiosas com maior presença no fluxo informativo, sobretudo quando a notícia deixa de ser o derrocar de um regime autoritário e passa a ser a de um país em revolução. Em Espanha a cobertura do processo será também baseada sobretudo em informação-acontecimento, ou seja, em notícias que surgem em torno de acontecimentos marcantes (cf. Apêndice), relacionados 1) com as grandes etapas da construção de uma democracia: eleições, campanhas e pactos; 2) nas crises sucessivas: golpes, contragolpes, quedas e sucessão de governos provisórios, e 3) em torno das grandes figuras.

A centralidade dada a uma quantidade relativamente reduzida e diversificada de protagonistas, tal como sublinha Nobre-Correia (1994), relativamente à receção na imprensa

belga, e Nelson Traquina (1987; 1988), na análise que faz das agências noticiosas, resulta numa concepção de natureza elitista da participação política. Em Espanha também a cobertura noticiosa do processo revolucionário português resulta num leque reduzido e pouco diversificado de protagonistas. Estes são políticos como Álvaro Cunhal, Mário Soares e, em menor escala, Sá Carneiro, ou político-militares como António de Spínola, Otelo Saraiva de Carvalho, Costa Gomes, Vasco Gonçalves ou Rosa Coutinho. A integração no contexto de outras coberturas permite-nos verificar que esta será menos uma especificidade espanhola e mais uma característica própria do fazer noticioso em si mesmo, propenso à necessidade de *spokespersons* (TUCHMAN, 1978) – *leaders* a quem é dado o “monopólio da palavra” (TRAQUINA, 1987).

Segundo o estudo de Traquina, Mário Soares é o *leader* mais citado pelas quatro agências, mas o número de menções e o número de citações aparecem em profundo desequilíbrio: Vasco Gonçalves foi mencionado 572 vezes e citado 15; por oposição, Mário Soares foi mencionado 285 vezes e citado 138 (TRAQUINA, 1987, p. 43). As páginas dos jornais espanhóis refletem esta característica e delas estão ausentes muitos dos sujeitos protagonistas do processo revolucionário, como aqueles envolvidos nas lutas operárias, camponesas, por habitação

ou pelos direitos das mulheres, assim como o sujeito coletivo revolucionário em que se constitui o MFA.

Haverá uma coincidência na expressão de negatividade, por exemplo, aquela que é anticomunista, como será a reação ao “Caso República”, que dará azo a um debate sobre a coerção da liberdade de imprensa e de expressão. Tanto a UPI como a AP descrevem a situação como uma ocupação pelos comunistas do último jornal não comunista (UPI) ou socialista (AP); a Reuters descreve-o como uma batalha pelo poder, o que é uma diferença relativamente aos anteriores, que consideram que o poder é já comunista. Por último, a APF não só o descreve como uma comissão de trabalhadores que ocupa o jornal onde trabalha, como é a única que fornece as razões que esta CT invoca para o fazer (TRAQUINA, 1988). Em França, onde, como sublinha Traquina (1987), o anticomunismo não tinha um valor hegemónico, ainda assim o *Le monde* foi fortemente criticado a respeito da sua posição divergente sobre o caso (REBELO, 1994). Em Itália, a grelha de análise utilizada no “Caso República” – “o desprezo comunista por estas liberdades” –, servirá para interpretar o “Caso Carnevali” (GOMES, 2015): na segunda edição do *Corriere de la Sera*, dedicada aos leitores da Lombardia, e na ausência do autor da peça, a redação alterou o título e partes de um texto sobre o “Caso República”. Da comparação

entre ambas versões torna-se evidente que a primeira – “Os comunistas ocupam o jornal socialista” – vai ao encontro da retórica da Democracia Cristã e o *frame* geral de ameaça comunista, que os redatores, pretensamente comunistas, pretenderam neutralizar com “Tensão em Lisboa entre PC e socialistas”. Em Espanha este caso dará crédito à retórica anticomunista enunciada pelo jornal monárquico *ABC* (LUÍS, 2015). Em todos os casos, a visão deste incidente enquanto atentado comunista aos valores-base das democracias liberais está presente, embora uma diferença fundamental resida no facto de nos países democráticos existir um discurso que se lhe opõe e publicações, tal como *Le Monde*, que, alinhadas à esquerda, podem manifestar-se de forma distinta, o que não acontece em países sob regimes ditatoriais, como será o caso do espanhol, onde a possibilidade de apoiar a legitimidade revolucionária será tanto mais limitada quanto a necessidade de garantir uma democratização do regime.

Alguns meios portugueses responderão a esta negatividade com que o processo é mediatizado acusando de sabotagem ou conspiração precisamente meios cuja imagem negativa que transmitem do processo como os já mencionados AP, UPI, Reuters, e AFP, mas também a BBC (CARTAXO e RIBEIRO, 1977), assim como os meios de comunicação de ditaduras como a Brasileira ou a Espanhola, em particular a *Rádio*

*Nacional de Espanha*<sup>8</sup> e o correspondente em Lisboa de *La Vanguardia*.<sup>9</sup> Outra forma de resposta a esta negatividade transmitida pelos meios internacionais será o conflito que a presença de correspondentes estrangeiros provoca, sobretudo em 1975. Houve casos de jornalistas agredidos,<sup>10</sup> outros presos<sup>11</sup> ou tentativas de impedir que estes prosseguissem o seu trabalho através de um boicote, denunciado pelos

- 
- 8 “Visión informativa de agencias extranjeras (V.I.A.E.) Día 17 de marzo de 1975, Turno 9 a 15, pág. 11”, AGA, MIT, Fundo: Cultura, Caixa: 42/9117.
- 9 “V.I.A.E., Día 20 de marzo de 1975, Turno 9 a 15, pág. 14”, AGA, MIT, Fundo: Cultura, Caixa: 42/9117.
- 10 Martha de la Cal, Peter Collins e Christopher Reed em Setúbal a 7 de março no meio dos protestos da extrema esquerda ao comício do PPD; Francisco Sendil no Porto, a 22 de março, foi agredido ao som de “morte à imprensa espanhola” e “fascista” no meio de confrontos entre dois grupos políticos, em frente à sede do PCP, quando ocorria um comício do PPD (Cf. “V.I.A.E., Día 24-3-75, Turno 15 a 21, pág. 23”, AGA, MIT, Fundo: Cultura, Caixa: 42/9117); dois jornalistas alemães a trabalhar para a americana NBC foram agredidos a 25 de agosto no Porto acusados de pertencer à CIA (Cf. “BBC data films, external services/registry sample scripts”, BBC – Written Archive Centre (WAC), caixa 16: “Portuguese service script 1974-1977”).
- 11 3 jornalistas da inglesa ITV foram presos durante cinco horas quando filmavam o exterior do edifício da 5ª Divisão no dia 25 de agosto quando esta foi suspensa. (Cf. “BBC data films, external services/registry sample scripts” BBC, WAC, caixa 16: “Portuguese service script 1974-1977”). Na imprensa portuguesa fala-se apenas de um jornalista, Georg Horct Peter Dehmel, apresenta-se como motivação a sua pertença à CIA (Ser ou não ser da C.I.A. (1975, agosto 26). *Diário de Lisboa*).



correspondentes estrangeiros, ao acesso aos telexes nos hotéis, por parte dos funcionários dos mesmos.<sup>12</sup>

## UMA INTERPRETAÇÃO SITUADA

Apesar de características comuns na produção da informação, há uma interpretação dos eventos que é feita com base nas situações políticas internas de cada país e/ou região. A atuação do partido comunista português durante o processo revolucionário, por exemplo, é observada pela imprensa francesa à luz da aliança entre PCF e PSF vigente desde 1972 (REBELO, 1994; TRAQUINA, 1987, 1988) e pela imprensa italiana, por seu turno, à luz do que foi o compromisso histórico entre comunistas e a democracia cristã (GOMES, 2015). A possibilidade de um partido comunista respeitar o sistema democrático será um dos pontos de análise na imprensa espanhola (LUÍS, 2015).

Os jornais têm esta habilidade de quotidianamente participar na construção de uma comunidade definindo quem lhe pertence, os assuntos que lhe dizem respeito, quem são os seus aliados, mas também os seus inimigos. No caso específico da imprensa espanhola, de uma forma geral, o comunismo é explicitamente enunciado enquanto inimigo e, de uma forma

---

12 “V.I.A.E., Dia 24-3-1975, Turno 15 a 21, pág. 22”, AGA, MIT, Fundo: Cultura, Caixa: 42/9117.

semelhante às agências anglo-saxónicas (TRAQUINA, 1988), este *a priori* moldará a cobertura do processo revolucionário em Portugal. As notícias interpelam o leitor como membro de uma comunidade que é nacional, o que é materialmente detetável através do que Billig (2008) concebeu como “*Homeland deixis*”, sendo o editorial, aliás, um lugar privilegiado para a sua expressão.<sup>13</sup> Traduz-se isto em estruturas que ancoram o texto num contexto de enunciação, cuja referência é a nação dos seus leitores: o uso de dêiticos (“nós”, “aqui”, “agora”), o uso do artigo definido e a forma de organização do jornal em diferentes secções. Com exceção de *ABC*, e das revistas, todos os jornais desta amostra se estruturam em torno dessa divisão entre nacional e internacional. O *ABC* identifica a proveniência das notícias (nomeando, por exemplo, a cidade) e reserva-lhes um espaço mais ou menos habitual, mas não as agrupa sob um título específico. Em *Informaciones* será a morte de Franco a provocar uma inversão da alteração

---

13 Uma das formas como os editoriais deste período interagem com os leitores é através do uso de um “nós” inclusivo que tem ambição de “nós” nacional, falando para e pela nação, como o concebe Billig (2008). No caso da amostra presente o que se verifica é que nem todos os jornais fazem uso deste tipo de “nós”: *Tele/eXprés* nunca o faz e juntamente com *Informaciones* constitui um tipo de imprensa cujos editoriais são, regra geral, impessoais; *Cuadernos para el Diálogo* também o utiliza com parcimónia, mas *Arriba* usa-o com frequência (83,33 % das vezes que o editorial se refere aos eventos portugueses) e, tal como, *ABC* ou *La Vanguardia* fá-lo quando é perceptível um antagonismo entre nações durante momentos de crise ou momentos que podem influenciar politicamente Espanha.

da organização do jornal: a secção internacional que antes precedia a nacional, passa a sucedê-la. Isto porque a informação internacional constituiu durante o tardo-franquismo um espaço de alguma liberdade: por um lado, ao não ser tão obviamente sancionável (CHULIÁ, 2001) e assim permitir ao jornalista exercer um menor grau de autocensura, e, por outro, por permitir mediar o comentário à situação nacional através de eventos internacionais, tornou-se uma secção mais apelativa (PONT, SANMARTÍ, LUÍS, 2017). A informação internacional era também mais apelativa porque “nunca nada acontece em Espanha” (MAXIMO, 1974, abril 28), como comentava o humorista Maximo na *La Vanguardia* à data do início da revolução em Portugal, e, na eventualidade de que acontecesse, era provável que não pudesse ser objeto de notícia ou crónica.

Que haja uma leitura espanhola dos acontecimentos portugueses seria então, em parte, resultado desta estratégia de mediação dos eventos internacionais para referência à situação doméstica com um intuito de autoproteção e, portanto, uma particularidade espanhola, mas não deixa igualmente de ser uma questão transversal à própria configuração do jornal generalista enquanto um lugar onde o leitor se sente em casa e é interpelado enquanto membro de uma comunidade imaginada que toma a forma de nação (ANDERSON, 2006).

## A OMNIPRESENÇA DA DEMOCRACIA NUMA IMPRENSA VIGIADA

Durante todo o processo revolucionário, na imprensa espanhola discute-se a possibilidade da democracia se tornar uma realidade em Portugal e, dado o contexto de enunciação nacional da mesma cobertura – que implica um processo de mediação da realidade espanhola através da leitura dos acontecimentos em Portugal –, de haver condições para que esta seja uma realidade também em Espanha.

Esta discussão está delimitada pela negociação do estatuto de inimigos do regime franquista que têm tanto o comunismo como as democracias liberais. Dado o contexto (e retórica) de guerra fria, estas últimas tomam, por vezes, o lugar de aliadas. O facto de os comunistas passarem a ter um lugar determinante não apenas no aparelho de estado – dada a presença de comunistas no governo português desde o primeiro governo provisório –, mas também nas ruas, espoleta, desde o início, alarmismo nos sectores mais próximos do regime, o que é expresso em jornais como o *ABC* e o *Arriba*. Noutros sectores, mais conotados com uma cultura de oposição, a ideia dos comunistas como inimigos da democracia começará a ganhar corpo mais tarde. O *Informaciones*, a partir do golpe falhado a 11 de março, por exemplo, já imputa aos comunistas

o hipotético falhanço da democracia em Portugal, caso este se venha a concretizar (EDITORIAL, 1975, março 13).

A questão das democracias liberais é distinta, constituindo um fenómeno mais ambíguo. O seu estatuto de "inimigo" do regime franquista é um reduto da memória da edificação do próprio regime e não é, por isso, consensual. Está presente em jornais como o *Arriba* ou o *ABC* onde pessoas como Jesus Suevos (*Arriba*) e o historiador Florentino Pérez-Embid (*ABC*) formulam com frequência os seus argumentos com base na democracia liberal enquanto inimigo. Ambos demonstram, aliás, a sua surpresa perante a quantidade de entusiastas democratas que a combinação do “espírito do 12 de Fevereiro” com a revolução portuguesa deixou a nu no espaço público. Mas do interior do regime surgem também tentativas consecutivas de obtenção de reconhecimento por parte das democracias liberais europeias. No verão de 1975 um editorial de *Arriba* (EDITORIAL, 1975, junho, 26) queixa-se de mais uma recusa de colaboração com Espanha, expressa pela Europa do Mercado Comum, quando, do ponto de vista deste jornal, países como Portugal e Grécia falham de forma mais flagrante o objetivo “democracia” e, no entanto, acabam de receber respaldo europeu.

No entanto, a ênfase democrática, ou seja, uma conotação positiva dada ao conceito “democracia”, será uma ideia

dominante na imprensa espanhola. Uma defesa das democracias liberais emana continuamente de *La Vanguardia*, quer editorialmente, quer através das crónicas de um enviado especial e comentador como Augusto Assia, que desmontará a ideia do complot comunista até um estado muito avançado do processo revolucionário em Portugal. Esta visão, aliás, inclui, contrariamente àquelas que são expressas em *ABC* ou *Arriba*, a existência de partidos comunistas integrados no sistema, considerando como o melhor antídoto ao projeto comunista a existência de partidos socialistas: a social-democracia previne o socialismo (EDITORIAL 1974, maio 11). Não só é aqui dada uma conotação positiva a “democracia”, como esta se constitui enquanto horizonte de expectativa para Espanha. De tal forma que no momento das eleições de abril de 1976, seis meses após a morte do General Franco, esta é uma ideia expressa editorialmente por *Arriba* (EDITORIAL, 1976, abril 27), jornal fundado por José António Primo de Rivera, o que evidencia uma alteração clara do clima de opinião, a que não é alheia a filiação política de vários jornalistas que, mesmo trabalhando na cadeia de comunicação estatal, se deixará progressivamente entrever (PONT, SANMARTÍ, LUÍS, 2017).

Esta alteração do clima de opinião ocorre, em parte, porque “democracia” terá significados diversos para vários enunciadores e em diferentes momentos. Durante o biénio

revolucionário em Portugal, “democracia” é um conceito em disputa em Espanha. Em fevereiro de 1974 é anunciada pelo presidente de governo, Carlos Arias Navarro, uma nova época de abertura do regime, conhecida pelo “espírito de 12 de fevereiro” – a data do discurso que a anunciou. Arias Navarro prometia uma lei para a criação de associações políticas, que se revelou bastante mais restrita do que o anunciado inicialmente, e passou a anunciar-se novos tempos de liberdade no que à comunicação social dizia respeito. Setores do regime franquista aproximam-se, pelo menos discursivamente, do conceito “democracia” a partir da discussão sobre o processo revolucionário em curso em Portugal durante os anos 1974-1975. De *grosso modo*, pode dizer-se que o processo revolucionário em Portugal ajuda à integração do conceito “democracia” no vocabulário de parte do regime franquista e isto acontece através da negociação que ocorre do seu significado.

“Democracia” parece funcionar na imprensa espanhola deste período enquanto “significante flutuante”, ou seja, como um significante sem significado absolutamente determinado e que, portanto, absorve, mais do que exala, significado(s) (BUCHANAN, 2010), permitindo, enquanto tal, múltiplas interpretações. “Democracia”, como significante dessa mesma ausência, é disputado pelo que pode conter. Sob a alçada da exigência de democracia jazem várias exigências equivalentes:

justiça social, liberdades civis, liberdade de imprensa etc. Todas estas exigências, entre outras, são congregadas na exigência de democracia que, subseqüentemente, pela reação ao processo revolucionário em Portugal, se transforma na exigência de moderação.

O antagonismo entre comunismo e democracia, vigente antes do processo revolucionário português ter início, é perturbado pelo papel que o PCP terá, integrando os governos provisórios de um país que caminha na direção da democracia. Ao longo do tempo, e em relação/reação ao desenvolvimento do processo revolucionário em Portugal, estabelece-se então um outro antagonismo entre legitimidade revolucionária e eleitoral, plasmando o discurso que se enunciava em Portugal, que, por equivalência, se transforma num antagonismo entre extremismo e moderação. Sendo a moderação, e, por equivalência, a legitimidade eleitoral desejável, a defesa da democracia passará pela recusa do extremismo, da legitimidade revolucionária e, no geral, da experiência revolucionária em curso em Portugal. Ao recusar a revolução em Portugal, parte do discurso próximo do regime vê-se obrigado a defender a democracia. Este eixo discursivo permite que a defesa da moderação e, por conseguinte, a recusa da legitimidade revolucionária, se torne uma ideia dominante que condiciona os campos de possibilidade do discurso sobre a revolução portuguesa na imprensa espanhola.



Este consenso congrega tanto posições de uma cultura política que se estabelece por alienação ou oposição aos valores do regime e que pretende a instauração da democracia, como as de uma cultura política que – identificando-se de forma mais *continuista* ou *aperturista* com os valores do regime –, ao recusar a experiência portuguesa se encontra a defender a democracia.

Ao longo da cronologia que se extrai do interesse editorial destes jornais, ou seja, ao longo do que cada um destes momentos que a agenda mediática cria, e – nas palavras de cada um dos intervenientes desta cobertura –, vai-se negociando, em Espanha, o sentido da palavra democracia, oscilando o significado que vai sendo conferido ao significante “democracia”. Neste sentido, uma sucessão de eventos presentes na agenda mediática espanhola após a saída de cena do General Spínola na sequência da manifestação da maioria silenciosa – eventos esses que desafiam, ou reforçam, a exigência de moderação (a questão da unicidade/idade sindical, o cerco ao congresso do CDS, o I pacto MFA-Partidos, o golpe contrarrevolucionário falhado a 11 de março, a nacionalização da banca e seguros e a institucionalização do Conselho da revolução) –, serão mitigados pelo sucesso do processo eleitoral para a Assembleia Constituinte realizado a 25 de abril de 1975, numa disputa que se manterá ao longo do processo.

## **IMAGENS DO PROCESSO REVOLUCIONÁRIO PORTUGUÊS NA IMPRENSA ESPANHOLA: O CRAVO ESPEZINHADO**

Um dos momentos-chave desta disputa pelo significado de “democracia” terá lugar em janeiro de 1975. Uma tríade de eventos traz o foco espanhol de volta à situação portuguesa: a aprovação em conselho de ministros do III governo provisório do projeto de unicidade sindical (20 de janeiro) depois do Conselho Superior do MFA se ter pronunciado a favor da mesma; o cerco ao I congresso do CDS que decorria no Palácio de Cristal no Porto (25 de janeiro) e a proibição, pelo Conselho superior do MFA, das manifestações convocadas para o dia 31 de janeiro. Esta tríade impõe a questão portuguesa de novo na agenda mediática espanhola enquanto crise e, sobretudo, enquanto a confirmação do projeto totalitário do partido comunista, por um lado, e, por outro, da eclosão de violência no processo que se desenrola em Portugal, fortalecendo, portanto, a ideia de democracia enquanto negação da experiência portuguesa.

A partir deste momento a narrativa dominante será a de uma tomada do poder por parte do Partido Comunista, um partido inerentemente totalitário – uma ideia frequentemente enunciada por elementos/vozes perfeitamente integradas no regime franquista. Ou seja, o antitotalitarismo constitui-se

como valor positivo mesmo por quem apoia o regime, como é o caso dos jornais *ABC* e o estatal *Arriba*. No *ABC*, o correspondente em Lisboa, José Salas (SALAS 1975, janeiro 28), e o comentador, Manuel Fernández Areal (FERNÁNDEZ, 1975, fevereiro 5), apoiam as ideias expressas editorialmente (EDITORIAL, 1975, janeiro 19) neste jornal madrilenho: não só o sindicato único é uma característica dos regimes totalitários comunistas, como também a eclosão de violência é um sinal da tomada de poder por parte dos comunistas. Esta é também a ocasião em que, pela primeira vez, é possível expressar, sem ser necessário dissimular, negatividade a respeito do processo revolucionário a decorrer em Portugal. Mudança essa no clima de opinião, que é sublinhada tanto por Fernández Areal no *ABC*, como no *Arriba* por comentadores como Domingo Manfredi Cano ou Gómez Tello, à época o subdiretor do jornal e autor de uma das suas colunas âncora: “El Mundo”. Em momentos prévios, a expressão de um posicionamento negativo relativamente ao processo que decorria em Portugal era publicamente condenada, embora tenha sido timidamente ensaiada:

e está claro, para não parecer ultra, direitista, cavernícola, retrógrado e outras belezuras que os comunistas costumam imputar a quem não permite que eles joguem o seu jogo, ninguém, ou quase ninguém se atrevia até agora a manifestar publicamente em Espanha este vaticínio (FERNÁNDEZ, 1975, fevereiro 5).

Os três convergem no reconhecimento da mudança do clima de opinião: já não é necessário esconder a aversão que a situação portuguesa lhes provoca, descrevendo um fenómeno de espiral do silêncio (NOELLE-NEUMANN, 1993), ou seja, um processo em que os indivíduos percebem as mudanças de clima de opinião e aderem à opinião dominante para não correr o risco de isolamento que implica defender uma opinião genericamente rejeitada (e apenas defendida por um núcleo duro ao qual o sentimento de rejeição é alheio).

Nesta ocasião, a emergência de violência que substitui a representação de conflito social é visível sob diferentes formas. Por um lado, na linguagem utilizada, nomeadamente na oposição semântica que traduz um cenário de guerra. Por outro lado, na declaração visual feita pelo *ABC* que traduz a falência da tentativa democrática ensaiada em Portugal e que segue a lógica da incompatibilidade da violência com a democracia.

A oposição socialista ao projeto de unidade sindical apoiado pelo PCP é construída através de um deslocamento da questão do modelo sindical para um modelo do regime que está em processo de construção. Desta forma, apoiar o projeto comunista de unidade sindical passa a significar estar contra a liberdade e o pluralismo no geral, pois este projeto é, em si mesmo, parte integrante de uma visão totalitária da sociedade.

A imprensa espanhola seguirá, com notáveis exceções,<sup>14</sup> esta linha de raciocínio, opondo ambas propostas através de campos semânticos que determinam a pertença a um ou outro dos lados.

De um lado estão a Europa e as características que a esta são associadas – o pluralismo, o “socialismo em liberdade”, a democracia –, e as que se associam ao projeto socialista – “pluralismo sindical, entendido como um tipo europeu de liberdade” (JÁUREGUI, 1975, janeiro 10), “a liberdade dos trabalhadores dentro e fora do seu sindicato” (REIS, 1975, janeiro 18). Do outro lado está o espectro do totalitarismo e o que se lhe associa. O correspondente em Lisboa de *La Vanguardia*, Alberto Miguez, considera a questão: “uma campanha – mais uma – de “terror controlado” (MIGUEZ, 1975, janeiro 21), assim como Eduardo Barrenechea, em *Informaciones*, constata que:

muita gente – também de esquerda – viu nessa manifestação uma ameaça real e palpável a algo mais profundo que a lei sindical: uma ameaça ao estabelecimento de uma democracia pluralista em Portugal. (BARRENECHEA, 1975, janeiro 21).

---

14 A única defesa do sindicato único, a partir de um ponto de vista da história sindical, é feita em *Arriba* por Ramon Bayoo y Serrat: “*Portugal y el sindicato único*”, um artigo publicado a 26 de janeiro de 1975.

O correspondente do *ABC*, José Salas, opõe à proposta comunista de “sindicato único vertical obrigatório” (SALAS, 1975, janeiro 31) a rota de “socialistas liberais, pluralistas e democráticos” (SALAS, 1975, janeiro 31), com “sindicatos plurais e livres”, um “socialismo europeu liberal e democrático”, e um “rumo moderado europeu” (SALAS, 1975, janeiro 26). No *ABC* opõem-se as “forças democráticas” às “inclinações totalitárias de esquerda”, ou à “natureza totalitária” e “inclinações totalitárias irradiadas de Moscovo”. Esta oposição é, além do mais, agudizada por ser concebida em termos bélicos na generalidade dos relatos, sendo utilizados termos como: “vitória”, “habilidoso jogo político”, “hostilidades” (todas de José Reis em *Arriba*); “guerra fria”, “assalto” (Fernando Jáuregui em *Arriba*); “Ofensiva comunista” (Jaume Miravittles em *Tele/eXprés*); “luta de bastidores”, “atmosfera de um novo golpe de Praga”, “fazer a guerra” (Gómez Tello em *Arriba*); “batalha”, “guerra política” (*ABC*); “pomba da paz”, “antagonismo puro e simples” (Alberto Miguez em *La Vanguardia*); “recrutamento nas ruas”, “confrontação”, “poder na rua do dispositivo antagonista” e “[a manifestação foi] neutralizada” (todas de José Salas em *ABC*). Desta forma, na imprensa espanhola, por um lado, enfatiza-se a oposição de esquerda ao projeto comunista e, por outro, pelo uso da metonímia transforma-se a questão do modelo sindical numa questão de modelo de regime. A ideia de um conflito em curso torna-se

assim mais palpável e será reforçada por acontecimentos que adicionam ressentimento e, até, medo: o cerco ao I congresso do CDS no Palácio de Cristal no Porto (dia 25 de janeiro).

A conjugação destes acontecimentos no final de janeiro de 1975 faz com que no *ABC* se anuncie o fim da democracia em Portugal. A TVE abandona o silêncio a que havia devotado a situação em Portugal censurando várias reportagens (PHILIPPE, 2017), para passar a mostrar um país onde reinam a confusão e a instabilidade, emitindo uma reportagem sobre a proibição de manifestações que o MRPP não acata (CARCEDO, 1975). Na sequência do episódio de violência no Porto, que implica a violação do direito de reunião, e em relação à questão da aprovação da unicidade sindical, declarações de Mário Soares durante uma conferência de imprensa realizada a 27 de janeiro são interpretadas pela imprensa estrangeira como um anúncio de guerra civil iminente em Portugal. No comunicado apresentado na ocasião – “Defender a liberdade, construir o socialismo” –, pode ler-se que o incumprimento do programa do MFA pela aprovação da unicidade sindical “pode ter consequências graves se, inserindo-se na escalada antidemocrática encabeçada pelo PCP, for aproveitada como precedente para a destruição de outras liberdades” (O PS, 1975, janeiro 27). Perante as notícias da imprensa internacional, o correspondente de *la Vanguardia*

decide consultar a fonte e pede uma audiência a Soares, que lhe assegura não ter proferido tais palavras, embora reconheça ter falado de guerra civil no plano hipotético (MIGUEZ, 1975, janeiro 29). Soares tenta distanciar-se da imagem do “fantasma de Pinochet” que havia sido evocada por Salgado Zenha num comício em Coimbra que contava com a presença de Ortênsia Allende (A DEMOCRACIA, 1975, janeiro 27). Zenha é um personagem que praticamente não tem existência na imprensa espanhola, mas, à semelhança de outra imprensa internacional, o diário conservador *ABC* reage à iminência de uma guerra civil supostamente evocada por Soares. O editorial de dia 28 dá credibilidade ao alarme por ter sido dado, precisamente, por Mário Soares, “personalidade com uma trajetória decisiva e abnegada na defesa da causa democrática no seu país” (EDITORIAL, 1975, janeiro 28).





ABC, 29 de janeiro de 1975

No dia seguinte, a ideia de que a democracia em Portugal está comprometida é expressa visualmente por um cravo espezinhado num chão de paralelepípedos, na sua primeira página. O cravo – símbolo da libertação e da conquista da democracia – espezinhado no chão, é uma imagem que transmite não só a ideia do fim da experiência democrática que o 25 de Abril tinha inaugurado, como da violência com que este foi alcançado, já que o cravo terá sido provavelmente destruído por ação humana, como indica o “pisado” da legenda. A imagem que correu mundo e desnaturalizava o

uso da espingarda, ao ter um cravo enfiado no seu cano, foi revertida e a espingarda voltou ao seu lugar como símbolo de violência, sendo imputado ao Partido Comunista o uso da arma já sem o cravo nela colocado. Escreverá Antonio Calle no mesmo jornal:

o predomínio do fuzil sobre o cravo, da máquina do poder sobre a ideia: a morte da revolução – esperança de todos – e o surgimento de um só grupo, detentor implacável do dogma [...]. É o novo renascer dos cravos sobre os fuzis, que agora os esmagam (CALLE, 1975, fevereiro 7).

Nem todos os periódicos adotam o enquadramento de fim da democracia preconizado pelo *ABC*. A revista humorística *Por Favor* ironiza em torno da ideia de uma guerra civil em Portugal e esmiúça as motivações para a emergência de um conflito entre socialistas e comunistas (LOS EVENTOS, 1975, fevereiro 19). No *La Vanguardia* enfatiza-se o processo eleitoral que se avizinhava, colocando-se o ónus na sua realização e rejeitando-se completamente (Augusto Assia, por exemplo) a leitura de conspiração comunista que orientava a cobertura jornalística do *ABC*. Na revista *Triunfo*, Eduardo Haro Tecglen escreve desde Lisboa sob o pseudónimo Juan Aldebarán (ALDENARÁN, 1975, janeiro 25), e na sua coluna de opinião ensaia, precisamente, o gesto oposto: denunciar a inquietação internacional e recusar a hipotética tradução espanhola dos

acontecimentos em Portugal (HARO, 1975, fevereiro 1). Mas o que este momento inaugura é a possibilidade de ser abertamente contra o processo português. Anteriormente não era possível estar contra ele e posteriormente não será possível estar a favor deste sem se correr o risco de ser acusado de não se ser partidário da democracia. Embora seja um regime não democrático, a conotação positiva do conceito “democracia” no espaço público espanhol é praticamente inquestionável, e será na medida em que o processo revolucionário português é reconhecidamente democrático – ou seja, na medida em que se aproxima de alguns dos eixos que norteiam a constituição das democracias liberais (a realização de eleições, a liberdade de imprensa etc.) –, que este poderá ser defendido. As divergências a este modelo serão, a partir deste momento e progressivamente, publicamente indefensáveis.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância que os acontecimentos deste biénio revolucionário tiveram nas páginas dos jornais e revistas espanhóis foi significativa. Integrar a cobertura feita pela imprensa espanhola no contexto de outras na Europa Ocidental permite que se identifiquem algumas questões transversais. A negatividade expressa relativamente ao processo que decorre em Portugal será uma delas. O processo revolucionário no país vizinho

permitiu que na imprensa espanhola, como noutras (GOMES, 2015; REBELO, 1994), se encetasse uma discussão de âmbito interno, decisivamente marcada por esta negatividade.

Em Espanha, esta discussão traduziu-se numa disputa pelo significado conferido a “democracia”, que foi acompanhando o desenrolar do processo em Portugal. Antes da tríade de eventos que faz emergir a questão da violência na cobertura espanhola do processo revolucionário em Portugal era possível que perante o mesmo evento surgissem interpretações em oposição, ou seja: era possível à cultura política de oposição ao franquismo expressar apoio à nova ordem que se estabelecia em Portugal e à cultura de apoio ao franquismo não ser abertamente contra a nova ordem, mas interpretá-la de acordo com os seus interesses. A manifestação da maioria silenciosa, por exemplo, foi lida pela cultura política de apoio ao regime franquista enquanto a reemergência da direita e não dos apoiantes do anterior regime. Esta ideia foi desafiada na imprensa espanhola e o falhanço político desta manifestação foi celebrado. A partir de janeiro de 1975, o consenso que se estabelece na recusa do extremismo, e da violência a este associada, deixa de permitir que esta disputa aconteça. As divergentes tentativas de enquadramento de acontecimentos posteriores serão minoritárias: o golpe falhado a 11 de março e a aceleração do processo que se lhe seguiu, já não puderam

ser celebrados na imprensa, sendo-o apenas nas ruas, nas faculdades etc. Estas tentativas de enquadramento divergente ocorrem, como seria expectável, nas páginas de publicações conotadas com a cultura política de oposição: Joan Fuster em *Tele/eXprés*, por exemplo, interpreta a violência como um fenómeno natural quando está em causa um processo de abdicação de poder por parte de um sector que sempre o deteve (FUSTER, 1975, março 17). Por outro lado, o I pacto MFA-Partidos será amplamente condenado e apenas uns quantos cronistas<sup>15</sup> não o atacam explicitamente, deixando patente o limite do discurso possível naquele momento. As eleições de abril de 1975 vêm reforçar o antagonismo "moderação-extremismo" e os acontecimentos enquadrados na dinâmica revolucionária que se sucedem durante o verão de 1975 serão ou silenciados ou vistos a partir do enquadramento "extremismo-moderação": porque extremistas, logo não democráticos, e, portanto, carregados de negatividade, reforçando decisivamente o significado de "democracia" enquanto negação do processo revolucionário. Para tal visão dominante contribuirá o assalto às instalações diplomáticas espanholas em Portugal, um acontecimento que é de alguma forma silenciado por uma parte da imprensa (*Informaciones*, *Tele/eXprés* e *La Vanguardia* não lhe dão destaque editorial)

---

15 Salvador López de la Torre em *Arriba*, Xavier Roig e Josep Antoni González Casanova em *Tele/eXprés*.

e condenado veemente por outra: para o *Arriba* e o *ABC*, esta invasão foi resultado direto do processo revolucionário a decorrer em Portugal.

A coincidência cronológica do 25 de novembro e da morte do general Franco abrem a possibilidade de pensar que ambos países estão em igualdade de circunstâncias para um futuro democrático, e chega-se às eleições de abril de 1976 com a ideia de que a democracia é possível, *apesar* do desaire revolucionário, tal como será enunciado em *Arriba*: “Portugal entrou no elenco de democracias da Europa ocidental”, “Espanha quer entrar no futuro no mesmo elenco de democracias”, “Espanha deve chegar à democracia sem a necessidade de um período como o que atravessou Portugal” (EDITORIAL, 1976, abril 27).

Deste processo de negociação que ocorre a partir da discussão sobre o processo revolucionário em Portugal, resulta a integração do conceito “democracia” no vocabulário da cultura política de identificação com o regime (REIG, 2007), sobretudo pela recusa da experiência revolucionária. Este processo é particularmente visível depois da emergência da questão sindical que opõe o Partido Socialista e o Partido Comunista, ambos membros do III governo provisório. Este momento inaugura a possibilidade de ser publicamente contra o processo revolucionário português – e não apenas crítico. Será a partir deste

evento que a equivalência entre democracia e moderação (que implica a rejeição da legitimidade revolucionária a que, por sua vez, é dada equivalência a extremismo), adquire dominância.

## REFERÊNCIAS

- A DEMOCRACIA está em perigo- declarou Salgado Zenha. (1975, janeiro 27). *Diário de Lisboa*, p. 4.
- ANDERSON, B. *Imagined communities*. London: Verso, 2006.
- ALDEBARÁN, J. (1975, janeiro 25). La polémica de la unidad sindical, *Triunfo*, p. 8-9.
- BARRENECHEA, E. (1975, janeiro 21). La “unicidad sindical” aprobada, *Informaciones*, p.1-2.
- BILLIG, M. *Banal Nationalism*. London: Sage publications, 2008.
- BORGES SANTOS, P. *Igreja católica, estado e sociedade. 1968-1975: O caso radio renascença*. Lisboa: ICS, 2005.
- BUCHANAN, I. *A Dictionary of Critical Theory*. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- CALLE, A. (1975, febrero 7). El Fusil y el Clavel, *ABC*.
- CARCEDO, Diego (1975, fevereiro 1, Programa nº 520). *Los Reporteros: Portugal, no hubo día negro*. (programa de televisão). Madrid: TVE
- CARTAXO, A., RIBEIRO, J. *BBC versus Portugal. História de um despedimento político*. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

CHAPUT, M-C. La presse espagnole et la révolution des Cèllets. A *Matériaux pour l'Histoire de notre temps*, 80, octobre-décembre, 2005, p. 39-47.

CHULIÁ, E. *El poder y la palabra: Prensa y poder político en las dictaduras: El régimen de franco ante la prensa y el periodismo*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2001.

CORDERO, I. 'Lo que no debe ser'. La revolución portuguesa en la prensa española. In: ROSAS F., LEMUS E.; VARELA R. (eds.), *El Fin de las dictaduras ibéricas, 1974-1978* (p.63-86). Sevilla/Lisboa: CEA/Edições Pluma, 2010.

EDITORIAL: El Futuro político de Portugal. (1974, maio 11). *La Vanguardia española*, p. 5.

EDITORIAL: Portugal: días decisivos. (1975, janeiro 19). *ABC*, p. 14.

EDITORIAL: Los sucesos de Oporto. (1975, janeiro 28). *ABC*, p. 16.

EDITORIAL: Los sucesos de Portugal. (1975, março 13). *Informaciones*, p.

EDITORIAL: El ultimo argumento. (1975, junho 26) *Arriba*, p. 7.

EDITORIAL: Portugal, por ejemplo. (1976, abril 27) *Arriba*, p. 7.

FERNÁNDEZ AREAL, M. (1975, fevereiro 5). Portugal: una advertência, *ABC*.

FIGUEIRA, J. *Os jornais como actores políticos*. O Diário de Notícias, Expresso e Jornal Novo no verão quente de 1975. Coimbra: Minerva, 2007.

FUSTER, Joan (1975, marzo 17). Lo que se veía venir, *Tele/eXprés*, p. 5.



GALTUNG, J., RUGE, M. H. The structure of foreign news. *Journal of Peace Research*, 2 (1), 1965, p. 64-91.

GIEBER, W. Across the desk: a study of 16 telegraph editors. *Journalism Quarterly* 33 (4), 1956, p. 423-432.

GOMES, M. *Para onde vai Portugal?/Dove va il Portogallo? A Revolução de Abril na Imprensa Italiana (1974-1976)*. 2015. (Tese doutoramento não publicada). Universidade de Coimbra, Coimbra.

HARO TECGLÉN, E. (1975, febrero 1). Portugal y su leyenda, Triunfo, p. 6.

JÁUREGUI, F. (1975, janeiro 10). El proyecto de ley sindical divide al país, *Arriba*, p. 15.

LOS EVENTOS consuetudinarios que suceden en la rúa(sic). (1975, fevereiro 10). *Por Favor*, p. 4-5.

LUÍS, R. *Spain and the Portuguese Revolution of 1974-1975: the limits of a surveilled press*. 2015. (Tese doutoramento não publicada). Universitat Pompeu Fabra, Barcelona.

MACBRIDE, S. (ed.). *Many Voices, One World*. Towards a new more just and more efficient world information and communication order. London/NY/Paris: Kogan Page/Unipub/UNESCO, 1980.

MARQUES GOMES, P. *Os saneamentos políticos do Diário de Notícias*. Lisboa: Alêtheia editores, 2014.

MAXIMO (1974, abril 28). Y al este, España, *La Vanguardia Española*, p. 8.

MCCOMBS, M. *Setting the agenda*. The mass media and public opinion. Cambridge: Polity Press, 2004.

- MCNELLY, J. Intermediary communicators in the international flows. *Journalism Quarterly*, 36 (1), 1959, p. 23-26.
- MESQUITA, M. O Caso República. Um incidente crítico. *Revista de História das Ideias* 16, 1994, p. 507-553.
- MESQUITA, M., REBELO, J. (ed.). *O 25 de abril nos media internacionais*. Porto: Afrontamento, 1994.
- MIGUEZ, A. (1975, janeiro 21). Lisboa: Aumentan los rumores de crisis gubernamental, *La Vanguardia española*, p. 21.
- MIGUEZ, A. (1975, janeiro 29). Los comunistas, tras su intransigencia y totalitarismo, intentan ahora ‘reconstruir la coalición’, *La Vanguardia española*, p. 5-6.
- MIR, J. Salir de los márgenes sin cambiar de ideas. Pensamiento radical, contracultural y libertario en la Transición española. *Ayer*, 81(1), 2011, p. 83-108.
- MUÑOZ SORO, J. La transición de los intelectuales antifranquistas (1975-1982). *Ayer*, 81(1), 2011, p. 25-55.
- MORÁN, J. (2010, agosto 15). Cuando no había noticias, la consigna en prensa era: ‘Pues nada, palo a Rusia’, *La nueva España*. Disponível em: [www.lne.es/siglo-xxi/2010/08/15/habia-noticias-consigna-prensa-palo-rusia/955467.html](http://www.lne.es/siglo-xxi/2010/08/15/habia-noticias-consigna-prensa-palo-rusia/955467.html). Acesso em: 17 dez. 2020.
- NOBRE-CORREIA, J. A vertigem Francófona. In: MESQUITA M.; REBELO J. (eds.), *O 25 de abril nos media internacionais* (p.151-155). Porto: Afrontamento, 1994, p.151-155.
- NOELLE-NEUMANN, E. *Spiral of Silence: Public Opinion - Our Social Skin*. Chicago: Univ. Chicago Press, 1993.

O PS opõe-se a qualquer alteração na coligação. (1975, janeiro 27).

*Diário de Lisboa*, p. 1.

PHILIPPE, V. La revolución de los claveles vista a través de televisión española (abril de 1974-abril de 1976). In: RINA SIMÓN C.(ed.), *Procesos de nacionalización e identidades en la península ibérica* (403-425). Cáceres: Universidad de Extremadura, 2017.

PONT, C., SANMARTÍ, J. M., LUÍS, R. Aproximación etnográfica del periodista de la Transición como fuente histórica: Estudio de la relación con los actores políticos y de los cambios en la producción de los medios escritos. *Historia y Comunicación Social*, 22 (1), 2017, p. 141-156.

REBELO, J. Imagens de um pretérito perfeito. In: M. Mesquita e J. Rebelo (Eds.). *O 25 de abril nos media internacionais* (p.79-133). Porto: Afrontamento, 1994.

REIG CRUAÑES, J. *Identificación y alienación*. La cultura política y el tardofranquismo. Valencia; Publicacions de la Universitat de València, 2007.

REIS, J. (1975, janeiro, 18). Abierta confrontación entre comunistas y socialistas, *Arriba*, p.15.

REZOLA, M. I. RTP no PREC (1974-1975): “Sem recuos nem tibiezas em ordem à limpeza radical”. In: M. I. Rezola e P. Marques Gomes (eds.), *A revolução nos média* (p.17-52). Lisboa: Tinta-da-china, 2014.

RIBEIRO, N. *A rádio renascença e o 25 de Abril*. Lisboa: Universidade Católica, 2002.

RODRIGUES, A. L. *Aos olhos do mundo*. Portugal e os Portugueses retratados por correspondentes estrangeiros. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

- RODRIGUES, A. D. *O campo dos media*. Lisboa: Regra do Jogo, 1984.
- SALAS, J. (1975, janeiro 26). Oficiais del ejército ocuparan los ministerios vacantes en caso de que se escinda la coalición gubernamental, *ABC*, p. 5-6.
- SALAS, J. (1975, janeiro 28). Socialistas y comunistas intentan un acuerdo para evitar el choque en la calle, *ABC*.
- SALAS, J. (1975, janeiro 31). Los maoístas y la izquierda socialista, decididos a manifestarse hoy, pese a la prohibición oficial, *ABC*, p. 5-6.
- SÁNCHEZ, G. (1975, abril 25). Doscientos periodistas españoles, en Lisboa, *Arriba*.
- SILVA, C. A revolução de Abril na imprensa brasileira. In: VARELA R. (ed.) *Revolução ou transição? História e memória da revolução dos cravos* (p. 207-227). Lisboa: Bertrand Editora, 2012.
- TRAQUINA, N. Imagens de Portugal nas agências mundiais. *Cadernos de imprensa 1*, 1987, p. 31-54.
- TRAQUINA, N. Segundo o olhar das agências mundiais: Portugal-1975. *Revista de comunicação e Linguagens 8*, 1988, p. 115-134.
- TUCHMAN, G. *Making news: a study in the construction of reality*. London: Collier Macmillan, 1978.
- UNESCO (1973). *Information flows in Europa-news agencies-news photos*. Paris: Autor.
- VIEIRA, J., MONICO, R. *Nas bocas do Mundo – O 25 de Abril e o PREC na imprensa internacional*. Lisboa: Tinta-da-China, 2014.

## APÊNDICE

<b>Momento</b>	<b>Tipo</b>	<b>Evento</b>	<b>Data</b>
1	Interesse generalizado	Tentativa de golpe das Caldas	16 de março de 1974
2	Interesse generalizado	Golpe de 25 de Abril	25 de abril de 1974
3	Interesse individual <i>(Informaciones)</i>	Em desacordo com a JSN sobre o processo de descolonização o partido Socialista ameaça abandonar o I Governo Provisório	1ª semana de junho de 1974
4	Interesse individual <i>(Arriba)</i>	Animosidade contra a seleção espanhola durante o Campeonato Mundial de Hockey em patins que decorria em Lisboa em 1974	Última semana de julho de 1974
5	Interesse generalizado	Descolonização	Agosto de 1974-novembro 1975

6	Interesse individual ( <i>La Vanguardia</i> )	Declarações de Mário Soares a respeito de um caminho comum para Portugal e Espanha em direção ao mercado comum Europeu	3ª semana de agosto de 1974
7	Interesse individual ( <i>Cuadernos para el diálogo</i> )	A mudança política em Portugal e Espanha A situação do clero português	Setembro de 1974
8	Interesse generalizado	Demissão do General-Spínola após a tentativa de reequilíbrio de poder – manifestação da maioria silenciosa-	28-3 de setembro de 1974
9	Interesse generalizado	Alvoroço em janeiro: questão sindical, cerco ao congresso do CDS	Segunda metade de janeiro de 1975

10	Interesse individual (ABC)	O anúncio das novas funções da JSN que reforçam o seu poder	2ª semana de fevereiro de 1975
11	Interesse individual (ABC)	Discurso de apresentação do plano socioeconómico por Vasco Gonçalves	4ª semana de fevereiro de 1975
12	Interesse individual (Arriba)	Portugal como contramodelo para Espanha	1ª semana de março de 1975
13	Interesse generalizado	Golpe contrarrevolucionário falhado	11 de março de 1975
14	Interesse individual (Tele/eXprés)	Declarações de Rosa Coutinho, como porta-voz do MFA, antes das eleições de 1975	3ª semana de abril de 1975
15	Interesse generalizado	Eleições para a Assembleia Constituinte	25 de abril de 1975

16	Interesse individual (ABC)	"Caso República"	Maió-junho de 1975
17	Interesse generalizado	Verão Quente	Julho-setembro de 1975
18	Interesse particular	Invasão e destruição das instalações diplomáticas espanholas	27 setembro de 1975
19	Interesse particular	Enfrentamento militar entre unidades leais a uma conceção de poder popular e os moderados leais ao IV governo provisório	25 de novembro de 1975
20	Interesse individual ( <i>La Vanguardia</i> )	Prisão de Oteló Saraiva de Carvalho	20 de janeiro de 1976
21	Interesse generalizado	Primeiras eleições constitucionais	25 de abril de 1976

Fonte: Rita Luís